

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO I - SOBRE A IDEOLOGIA QUE ESTÁ POR TRÁS DA CRIMINALIZAÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO	
1 Por que falar em Ideologia	31
2 Contornos das Idéias e dos Valores na Sociedade Ocidental Contemporânea	36
3 A Crise dos Valores na Modernidade	41
4 A Diluição do Indivíduo: Sociedade de Massas e Democracia de Massas; Tribos e Redes	45
5 A Sociedade de Risco e o Crime como Risco Social.....	53
6 O Dinheiro Como Valor Supremo e o Espírito do Capitalismo	57
7 Economia Global.....	62
7.1 Economia Global Lícita	66
7.2 Economia Global Ilícita	69
7.2.1. O Padrão Seletivo da Repressão à Lavagem de Dinheiro no Contexto da Globalização Financeira.....	71
CAPÍTULO II - A CRIMINALIZAÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO	
1 Neocriminalização - A Criação da Proibição.....	75
1.1 Por que uma Prática tão Antiga só Agora foi Considerada Crime? - Paralelo com a Psicanálise.....	75
2 O Que é Um Crime? - Algumas Questões.....	76
2.1 Enfoque Histórico. O Nascimento do Crime de Lavagem de Dinheiro. A Iniciativa Italiana e a Legislação Norte-Americana	78
2.1.1 Razões da Criminalização na Itália: Atuação de Grupos Mafiosos e das Brigadas Vermelhas em Seqüestros com Finalidades Econômicas e Políticas (O Art. 648 <i>Bis</i> do Código Penal Italiano).....	78
2.1.2 Razões da Criminalização nos Estados Unidos: Exploração do Comércio de Bebidas, do Jogo e do Tráfico de Drogas pelo Crime Organizado, com Utilização do Sistema Financeiro	

Internacional e de Empresas <i>Offshore</i> (<i>Money Laundering Control Act</i> e Disposições Posteriores)	80
2.2 Enfoque Material. Crime é Uma Conduta Socialmente Danosa que Lesa ou Ameaça Bens Jurídicos	85
2.2.1 Revisitando as Diferentes Concepções sobre o Conceito, a Missão e a Função do Direito Penal	88
2.2.2 O Bem Jurídico-Penal	96
2.2.3 O Bem Jurídico Tutelado pela Norma de Lavagem de Dinheiro	101
2.2.4 O Dano Social Provocado pela Lavagem de Dinheiro	104
2.2.5 Valores Reconhecidos e Tutelados pela Norma Incriminadora da Lavagem de Dinheiro - Tomada de Posição.....	109
2.3 Enfoque Criminológico. O Crime como Problema Social e Comunitário.....	115
2.3.1 O Crime - Conceito de Lavagem de Dinheiro.....	116
2.3.2 Fases da Lavagem	117
2.3.3 Tipologias	119
2.3.3.1 Sistemas Alternativos de Remessas.....	120
2.3.3.2 Setor de Seguros	121
2.3.3.3 Subfaturamento e Superfaturamento de Mercadorias e de Serviços no Comércio Internacional.....	121
2.3.3.4 Uso Impróprio de Sociedades Comerciais e Trusts.....	123
2.3.3.5 Tipologias Regionais - "dólar-cabo" e "euro-cabo"	124
2.3.3.6 Tendência - Novos métodos de pagamento: <i>e-money</i>	125
2.3.4 O Autor do Delito	126
2.3.5 As Vítimas	129
2.3.6 Controle Social	130

CAPÍTULO III - REGIME GLOBAL E REGIME LOCAL DE PROIBIÇÃO

1 A Expansão da Proibição - O Surgimento de um Regime Global.....	133
1.1 <i>Hard Law</i> : Tratados e Convenções Internacionais	138
1.1.1 Tratados e Convenções Internacionais que conformam o Regime Global Antilavagem de Dinheiro.....	139
1.2 <i>Soft Law</i> (Recomendações do GAFI, Atuação do FMI, do Banco Mundial, etc.)	150

1.2.1 FATF/GAFI	153
1.2.2 Outros Organismos e Organizações	159
2 Regime Local: Disposições Legais e Iniciativas Brasileiras	164
2.1 Lei nº 9.613/98	165
2.1.1 A Absorção do Regime Global	165
2.1.2 Principais Aspectos do Regime Local	169
2.1.2.1 Os Tipos Penais de Lavagem de Dinheiro.....	169
2.1.2.2 Crimes Antecedentes e Relação de Acessoriedade Li- mitada.....	173
2.1.2.3 Competência para Processo e Julgamento. Critérios. As Varas Federais Especializadas	181
2.1.2.4 Medidas Assecuratórias: Apreensão, Seqüestro e Arres- to de Bens; Especialização de Hipoteca Legal	186
2.1.2.5 Restituição de Bens e Alienação Antecipada	191
2.1.2.6 Técnicas Especiais de Investigação	193
2.1.2.6.1 Ação Controlada	194
2.1.2.6.2 Operação Encoberta.....	195
2.1.2.6.3 Vigilância Eletrônica	196
2.1.2.6.4 Uso de Recompensas.....	197
2.1.2.6.5 Proteção de Testemunhas.....	197
2.1.2.6.6 Colaboração Espontânea ou Delação Premiada.....	199
2.1.2.7 Prisão Cautelar, Fiança e Liberdade.....	211
2.2 COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras	213
2.3 ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lava- gem de Dinheiro	213

CAPÍTULO IV - (DES)VELANDO O DISCURSO ANTILAVAGEM DE DINHEIRO

1 Corpus da Pesquisa	218
2 Referencial Teórico	218
2.1 O Sistema da Língua	218
2.2 Do Signo ao Significante.....	221
2.3 A Ordem do Discurso	224
3 A Articulação do Discurso	229
3.1 A Criminalização da Lavagem como Estratégia	229

3.2 Acentuado Uso de Metáforas.....	230
3.3 Intertextualidade.....	231
3.4 Política Criminal.....	232
3.5 Âmbito Internacional da Lavagem x Medidas Nacionais de Prevenção e de Repressão.....	232
3.6 Relação da Lavagem de Dinheiro com o Crime Organizado e Outros Delitos.....	233
3.7 Danos da Lavagem e Bens Tutelados: Da Eliminação da Impunidade à Proteção do Mercado e a Integridade e Estabilidade do Sistema Financeiro.....	234
3.8 Proteção da Circulação do Capital Lícito.....	235
3.9 Colaboração do Sistema Bancário e Financeiro.....	236
3.10 Abordagem das Medidas Preventivas em Função do Risco.....	236
3.11 Risco Maior nas Relações Comerciais ou Financeiras com PEPs.....	237
3.12 Custo x Benefício das Medidas de Prevenção.....	237
3.13 Uso do Direito Penal para Reprimir a Lavagem de Dinheiro.....	238
3.14 Abordagem Penal Não-Exclusiva para Lidar com a Lavagem de Dinheiro.....	238
3.15 Ampliação do Âmbito dos Delitos Antecedentes.....	238
3.16 Exclusão do Delito Fiscal.....	239
4 Algumas Interpretações.....	240
CONCLUSÃO.....	247
REFERÊNCIAS.....	253
Anexo. 1. Modelo de Acordo de Delação Premiada.....	263